
POVOAMENTO E DESENVOLVIMENTO EDUCATIVO EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE (1954-1974)

SÓNIA DOS REIS MAGALHÃES*

Introdução

As iniciativas dos colonizadores portugueses tendentes à educação e ensino em África começaram tarde¹; o ensino oficial começou a ser implementado em grande parte das colónias portuguesas em África a partir de 1850, em consequência direta da reforma de 1845 de Passos Manuel. Segundo Marroni (2008), referindo Belchior (1965, 5-6), a “evolução política do ensino em África”, começa com a extinção das ordens religiosas (1834) em que o “Estado confia à Igreja toda a responsabilidade no que toca aos problemas do ensino e da educação” sendo os educadores “todos ou quase todos sacerdotes e o espírito que anima superiormente toda a obra educativa é o espírito católico”.

O sistema era marcado por uma educação de dominação, alienação e cristianização. Foi com base nestes fundamentos que o governo português começou a regulamentar o ensino e criou escolas públicas nas colónias. O governo colonial estabeleceu a estrutura do ensino seguindo o modelo de organização de ensino ministrado pelas entidades religiosas.

* CHAM, FCSH, Universidade Nova de Lisboa, Portugal. *E-mail*: sonimagalhaes@hotmail.com.

¹ A primeira regulamentação do ensino nas colónias portuguesas surgiu durante o período da monarquia em 2 de abril de 1845, e no dia 14 de agosto do mesmo ano surgia o regulamento que procurava diferenciar o ensino nas colónias e nas metrópoles (Marcelino 2013, 56; Uaciquete 2010, 11).



A evolução da forma e do conteúdo do ensino ministrado em São Tomé e Príncipe não foi muito evidente até ao século XX.

O nosso contributo resultará na sistematização e leituras de dados estatísticos coloniais que achámos possíveis partindo das unidades de contexto histórico-educativo localizadas no *Boletim da Agência Geral das Colónias*, no *Boletim Geral das Colónias*, no *Relatório de Execução do Plano de Fomento* e no *Anuário Estatístico do Ultramar*. Porém, um enquadramento do contexto histórico e estrutural de São Tomé e Príncipe é fundamental para compreendermos a conjuntura da evolução da educação no período colonial.

Enquadramento Histórico e Estrutural de São Tomé e Príncipe

A República Democrática de São Tomé e Príncipe é um país africano formado por duas ilhas de origem vulcânica localizada na Costa Ocidental Africana — Baía de Biafra, no Golfo da Guiné, com uma área de 1001 km², e ainda por numerosos ilhéus dos quais se destaca o ilhéu das Rolas (o ponto mais meridional do país e local onde passa o Equador), o ilhéu das Cabras, o das Sete Pedras e, nas proximidades do Príncipe, o ilhéu Bom Bom, o Boné de Jockey, a Pedra da Galé, as Tinhosas e os Mosteiros.

A ilha de São Tomé está dividida em 6 distritos: Água Grande, Mé Zochi, Cantagalo, Caué, Lobata e Lembá, onde se situa a capital do país, a cidade com o mesmo nome.

A Ilha do Príncipe, situada a 150 km a nordeste de São Tomé, tem uma dimensão de 139 km². O quadro físico de São Tomé e Príncipe caracteriza-se pelo território insular de reduzida extensão (964 km²), orografia muito acidentada, clima equatorial com pluviosidade abundante e variações de temperatura em função da altitude, subsolo vulcânico com escassas possibilidades conhecidas, rede hidrográfica de características torrenciais, constituída por pequenos cursos de água, grande variedade de solos agrícolas.

A data do descobrimento continua polémica. A versão tradicional é a de que teria sido descoberta a 21 de Dezembro de 1471 a Ilha de S. Tomé e

em 17 Janeiro de 1472 a do Príncipe pelos navegadores João de Santarém e Pedro Escobar, o que não é suportado por nenhuma base documental. Todavia, Menezes (2012, 134) com suporte em (Neves 1989) considera que “é facto consensual que as ilhas de São Tomé e do Príncipe terão sido descobertas, respectivamente, a 27 de Dezembro de 1470 e 17 de Janeiro de 1471, dias dedicados a São Tomé e Santo Antão, este último, o primitivo nome da ilha do Príncipe, posteriormente mudado em homenagem ao Príncipe D. João”.

Tomando como certo que as descobertas das ilhas de São Tomé e do Príncipe sejam datadas de 1470 e 1471, Mantero (1954, 16) refere que “somente em 1493 – 22 anos mais tarde – teve início o seu povoamento, isso devido a notícias espalhadas sobre o carácter inóspito e agressivo do clima no arquipélago” (Menezes 2012, 134).

Entretanto, Seibert (2004, 44) apresenta-nos aquilo que considera ser a versão popular sobre o achamento de São Tomé; segundo o autor, ainda hoje há uma discussão a respeito dos angolares que, segundo a tradição oral e alguns autores atuais, já estariam na ilha no momento da chegada dos europeus. A hipótese mais antiga defende que os angolares eram descendentes daqueles que sobreviveram ao naufrágio de um navio vindo de Angola, em meados do século XVI. A segunda hipótese é de que os angolares são habitantes originais da ilha –argumento utilizado pelos nacionalistas santomenses na luta pela independência – e a última e mais recente hipótese caracteriza os angolares como escravos fugidos durante os séculos XVI e XVII. De uma forma ou de outra, estes se integraram significativamente na sociedade e na estrutura comercial de São Tomé durante o século XVIII.

Luís de Albuquerque, baseando-se em informações de Silva Marques (*Descobrimientos Portugueses*, 1944, Vol. III), afirma que a colonização de São Tomé se iniciou em 1486, com João de Paiva e os seus colonos, em grande parte judeus. Só em 1493, ano em que é nomeado Álvaro de Caminha para capitão-donatário e se dá a sua fixação na ilha, se inicia o efetivo processo de colonização, com a instalação de um número significativo de povoadores, incluindo os chamados “moços judeus”, crianças e jovens tirados pela

força às famílias acolhidas em Portugal, depois da expulsão dos judeus de Castela. Foi Álvaro de Caminha, como capitão donatário, que imprimiu grande intensidade à exploração agrícola da fertilíssima ilha².

Os colonos iniciais vieram, em 1494, como incentivo à plantação de cana-de-açúcar, que se expandiu até ao século XVI. E o interesse da Coroa portuguesa por São Tomé vai-se tornando cada vez mais evidente também através da legislação saída das mãos do rei, concedendo privilégios a quem se dispusesse a demandar a ilha e aí se fixar. Começa por ser disso claro exemplo a “Carta de privilégio para os moradores de São Tomé poderem resgatar escravos e quaisquer outras mercadorias”, assinada em 16 de Dezembro de 1485 por D. João II que refere a determinado ponto:

... lhe outorgamos que eles (...) possam resgatar e resgatem escravos e quaisquer outras mercadorias que haver puderem nos cinco rios dos Escravos, que são além da fortaleza de São Jorge da Mina, reservando ouro, pedraria e especiaria e gatos-de-algália³, que não poderão resgatar senão para nós (Albuquerque 1989, 45).

Mas houve desde logo dificuldade de povoamento da ilha, o clima ali era demasiado húmido e de calor extremo, foco de um conjunto de assustadoras doenças fatais, e a sobrevivência era não apenas improvável, como o paradigma de uma condenação à morte⁴.

Assim, para conseguir o seu efetivo povoamento, o Estado, socorrendo-se dos condenados à pena capital a quem, por “piedosa” medida, se

² A Ilha de São Tomé nos Séculos XV e XVI. Navegação de Lisboa à Ilha de S.Tomé, escrita por um piloto português. Documentos vários referentes à Ilha de São Tomé (séc. XV).

³ Gato-de-algália é um mamífero carnívoro, da família dos viverrídeos, com cerca de 90 centímetros de comprimento e com umas glândulas anais que produzem uma secreção acre e oleosa, conhecida por almíscar, utilizada na produção de perfumes. *Dicionário da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico* [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2015. Disponível na Internet: <http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/gato-de-algalia>. Consultado em 08/11/2015.

⁴ Francisco Tenreiro (1961) afirma “numa ilha deserta, onde só a cobra preta (*Naja melanoleuca melanoleuca*) se poderia contar entre os animais perigosos das suas florestas, o inimigo que o colono temia, acima de tudo, era o clima.

comutava a pena, transformou-a em destino de degredo e viam-se obrigados a seguir para São Tomé.

Houve também aqueles que foram para São Tomé de sua livre vontade, como os comerciantes castelhanos, franceses e genoveses, que também eram atraídos pelas “boas condições de instalação que a Coroa portuguesa oferecia — terra farta e barata”.

Havia ainda, naturalmente, o caso daqueles a quem estavam destinados altos cargos administrativos e alguns dos seus familiares. Em 1493, com Álvaro Caminha, o terceiro donatário, vai entretanto um número já significativo de pessoas livres, dentre eles as primeiras mulheres europeias e 2000 meninos judeus, cujos pais vieram para Portugal, expulsos de Espanha pelos reis católicos. Era objectivo da Coroa afastá-los das más influências dos seus progenitores, em primeiro lugar que fossem convertidos ao cristianismo, em segundo, e, finalmente, que ajudassem ao povoamento (Caldeira 1999, 39).

Em 1506, conforme refere Seibert (2004), reportando-se ao manuscrito de Valentim Fernandes, a população de São Tomé distribuía-se da seguinte forma: 600 descendentes de judeus castelhanos; 1000 moradores em toda a ilha (200 dos quais na povoação principal) na maioria degredados, sem esclarecer se os descendentes de judeus se encontram entre eles; 2000 escravos fixos; 5000 a 6000 em trânsito (escravos para resgate).

Segundo Cardoso (2007, 276), no século XV-XVI, época da chamada I colonização, o povoamento foi assegurado por dois grupos bem distintos: o dos “europeus”, heterogéneo, constituído por portugueses (século XV) e no século seguinte também por castelhanos, franceses e genoveses, interessados na “formação de uma sociedade nova” e o grupo dos “africanos”, também heterogéneo, formado por escravos trazidos pelos europeus da costa do Benim, Guiné, Gabão e Congo e por africanos livres.

Entretanto, também havia grupos de africanos que eram compostos por homens livres, forros e escravos (domésticos e das plantações). Entre os escravos havia também aqueles que estavam ali de passagem, aguardando para serem reembarcados para São Jorge da Mina, para Portugal e mais tarde para as Américas. Os africanos livres eram do litoral do continente e foram

atraídos para a ilha, no intuito de criarem uma rede indispensável para o desenvolvimento de São Tomé e das atividades em África. Tornaram-se elementos importantes intermediando as relações, em especial no início da colonização, no qual a principal atividade consistia no comércio com a costa.

Na perspectiva de Tenreiro (1956, 7), os aspectos que presidiram ao povoamento de São Tomé e Príncipe podem ser sintetizados nos pontos seguintes: (I) Plano de colonização que visava o povoamento e fixação o mais rápido possível de moradores [europeus] nas ilhas a que logo se seguiu a introdução de escravos negros; (II) tolerância rácica que se traduziu num processo acelerado de mestiçagem; (III) oscilação económica entre a tendência para um mercantilismo baseado em culturas rendosas e a de desenvolvimento de uma agricultura de subsistência à escala portuguesa; (IV) transplantação para os trópicos de sistemas de trabalhar a terra e de arranjar os campos segundo os padrões portugueses; (V) tentativa subsequente de introdução de plantas alimentares do Mediterrâneo; e (VI) introdução de plantas oriundas de outras regiões do globo que permitiram o desenvolvimento de populações numerosas [...]. Destaca também o papel fundamental que a religião católica desempenha, neste complexo processo de povoamento, os negros são obrigados a aceitar o catolicismo e através do contacto permanente e diversificado de gentes vindas de várias partes do mundo criam em São Tomé e Príncipe aquilo que o autor classificou de “um linguajar, fluente e rico, que perdura até aos nossos dias – fenómenos complexos de ‘aculturação’ que no primeiro caso traduzem uma aceitação e no segundo caso como que um tipo especial de ‘sincretismo’”. Nesta nova situação irá o africano estimular ou mesmo fomentar a policultura por oposição à tendência da monocultura do açúcar e algodão; serão eles os iniciadores nas ilhas, daquelas poucas culturas de plantas africanas: o inhame, feijão congo e a mancara (Tenreiro 1956, 10).

O principal centro urbano da ilha de São Tomé⁵, a povoação com o mesmo nome, foi elevado à categoria de cidade em 1525 e foi sempre

⁵ A cidade de São Tomé foi por várias vezes objecto de ataques de corsários e de outras forças estrangeiras. Foi violentamente atacada por franceses em 1567 e 1709. Em 1599 uma grande

capital do arquipélago e residência dos governadores, com exceção do período entre 1753 e 1852, em que a capital foi transferida para Santo António, na ilha do Príncipe.

A diocese de São Tomé foi criada em 3 de Novembro de 1534, pela bula *Aequum reputamus*, do papa Paulo III, ficando na dependência da do Funchal, da qual tinha sido desanexada. A área da diocese abrangia, além das ilhas de São Tomé e do Príncipe, as de Ano Bom, Fernando Pó e Santa Helena, assim como a costa do continente africano desde o Cabo das Palmas até ao Cabo das Agulhas (Caldeira 1999, 34).

Entretanto, a colonização e o povoamento de São Tomé e Príncipe ficaram marcados por quatro momentos distintos que influenciaram a construção da sua estrutura social.

a) O ciclo da cana de açúcar

No processo de colonização e povoamento da ilha de São Tomé, a Coroa portuguesa traçou um projeto económico assente em dois tipos de exploração: o investimento numa agricultura intensiva de alto rendimento, consubstanciada na cana-de-açúcar⁶ e numa plataforma de revenda da numerosa mão-de-obra adquirida nos mercados vizinhos da costa ocidental africana. A Coroa desde cedo incentivou os moradores de São Tomé a cultivarem a cana-de-açúcar na sequência do sucesso obtido na ilha da Madeira.

Segundo Pinheiro (2012, 28), o documento mais antigo, de que temos conhecimento, a referir o açúcar na ilha de São Tomé, é a carta, atrás referida, de 16 de Dezembro de 1485. Segundo esta o açúcar poderia ser um dos produtos comerciados pelos moradores, o que implicava algum

armada holandesa conquista, saqueia e acaba por lançar fogo à cidade e, entre Outubro de 1641 e Janeiro de 1649, os neerlandeses dominaram a capital e controlaram a maior parte da ilha, que só abandonaram, mediante o pagamento de resgate, depois de expulsos de Angola (Caldeira 1999).

⁶ A cana-de-açúcar (*Saccharum Officinarum*, *Graminae*) é originária do sueste asiático, tendo os árabes sido responsáveis pela sua expansão no Mediterrâneo. Esta planta foi o recurso utilizado pelos portugueses para fomentar e incentivar o povoamento e a colonização dos arquipélagos atlânticos, nomeadamente na Madeira e em São Tomé e Príncipe. A cana sacarina acompanhou o avanço dos portugueses no Atlântico Sul, tendo a ilha da Madeira sido o campo de ensaio para o modelo da “civilização do açúcar” posteriormente implementado em São Tomé e no Brasil, (Pinheiro 2012, 27-46).

investimento na construção dos engenhos e na aquisição da mão-de-obra indispensável para o seu funcionamento. Este documento determina também o regime fiscal fixando o pagamento do quarto à Coroa e do dízimo à Ordem de Cristo. Para além do cultivo previa ainda a venda das canas, da qual pagariam o quarto. Por sua vez, a carta de 11 de Dezembro de 1493, para além de fixar a área de resgate e o preço de venda de algumas mercadorias, assegurava um mercado para o escoamento da produção açucareira. Por cada arroba de açúcar entregue ao feitor de São Jorge da Mina pagar-se-ia meio cruzado ou a sua justa valia e por cada escravo quatro mil réis.

Albuquerque, 1986, referindo um Piloto Animo Português, assinala, que foi da Sicília que os portugueses levaram a planta para a Madeira e daqui, segundo a hipótese mas plausível, a cana teria sido transportada para São Tomé, juntamente com “numerosos mestres”. Entretanto, o ator refere ainda que seria possível, tal como sugeriram Cortesão e Godinho, que os portugueses tivessem aproveitado as canas da Ilha do Fernando Pó⁷, onde a planta poderia ter sido introduzida pelos africanos.

A ilha de São Tomé dispunha de um conjunto de condições favoráveis ao sucesso da exploração da cana-de-açúcar. Terrenos baixos e extremamente férteis ao longo da costa, nomeadamente no nordeste na região compreendida entre Sant’Ana e a Ponta do Figo⁸ (Pinheiro 2012, 29).

⁷ (Ilha Bioko). Ilha da baía do Biafra (Golfo da Guiné), com uma área de mais de 2 000 km² de superfície, hoje designada por Bioko e fazendo parte integrante da Guiné Equatorial. Situada apenas a 18 milhas da costa, era, entre as ilhas do golfo da Guiné, a única habitada à data da chegada dos portugueses, que inicialmente lhe chamaram ilha Formosa. Segundo João de Barros, a ilha terá sido descoberta durante o contrato de Fernão Gomes (1469-1475) pelo navegador que acabou por dar-lhe o nome, Fernando Pó ou Fernão do Pó (Caldeira 2005).

⁸ Humidade e pluviosidade elevadas, propícias ao rápido crescimento da planta. Abundante madeira, essencial para as fornalhas, para a construção dos engenhos e das caixas utilizadas para o transporte do açúcar, bem como numerosos cursos de água, importantes para a irrigação da planta ao longo das várias fases do seu crescimento e maturação e para acionar os engenhos. Boa localização geográfica com numerosas reentrâncias, baías e praias facilitadoras do escoamento da produção. Disponibilidade de numerosa mão-de-obra graças aos escravos adquiridos na costa fronteira. Este último factor foi essencial para o sucesso da monocultura da cana sacarina. O cultivo intensivo da cana e o fabrico do açúcar exigiam muita mão-de-obra para realizar as longas e pesadas tarefas que lhe estavam associadas, como o preparo e o amanho dos terrenos para o cultivo

O açúcar era produto muito procurado na Europa no século XVI. Para o cultivo de cana-de-açúcar não era necessária uma mão-de-obra qualificada, a produção era baseada no trabalho duro e exigia muita mão-de-obra, o que fez intensificar o tráfico de escravos. Assim, a cana-de-açúcar e escravos são duas “mercadorias” que durante séculos constituíram a força motriz da economia de São Tomé, sendo depois exportados para Brasil. Não há consenso sobre a produção máxima de açúcar, mas Lopez (1965) estima uma exportação de 2625 toneladas em 1578 (Meneses 2012, 166).

A partir de 1580, o ciclo da cana-de-açúcar começa a enfraquecer (Naves 1989, 18-19), considera que este declínio tem a ver com “a situação de instabilidade e de insegurança provocadas pelos sucessivos ataques dos “negros alevantados” e pela incapacidade das autoridades portuguesas em controlar o espaço santomense, agora ocupado pelos Africanos, o que contribuiu poderosamente para o abandono das ilhas pela maioria da população directamente ligada ao negócio do açúcar”.

Devido às exigências do sistema económico Europeu, a Coroa portuguesa se apercebeu de que era muito mais rentável a produção da cana-de-açúcar noutros pontos do globo, nomeadamente o Brasil⁹, e apostou no tráfico de escravos cujo destino principal era a América. Estava, assim, terminado nas ilhas o ciclo da cana-de-açúcar, produto que serviu de base, à semelhança das especiarias, à consolidação da economia.

b) O ciclo do tráfico de escravos

O declínio do ciclo da cana-de-açúcar, no século XVII, fez com que os colonizadores apostassem fortemente no tráfico de escravos como outra forma

da cana, o acompanhamento do seu crescimento e da sua maturação, o corte da cana, o trabalho nos engenhos e posteriormente o embarque das caixas nos navios que o iriam transportar para os mercados europeus (Pinheiro 2012, 27-46).

⁹ No século XVII a transferência da produção açucareira para a América, onde era conseguido um açúcar de melhor qualidade, em resultado de uma melhor secagem associada à menor humidade atmosférica, confinou o interesse das ilhas ao reabastecimento de navios e ao tráfico de escravos, que viria a durar oficialmente até 1888, ano da publicação do decreto áureo da sua extinção (Cardoso 2007, 279).

de expansão económica¹⁰, ou seja, embora já tivesse vindo a ser praticado para a América, desenvolveu-se e consolidou-se permitindo a realização de lucros importantes. Desde os primeiros tempos, São Tomé e Príncipe desempenhou uma função primordial, não só no quadro da Expansão Marítima Portuguesa, mas sobretudo no alargamento de fronteiras africanas para essa região peninsular e na modernidade, desde logo esboçada, através de formas particulares de associação entre brancos, negros e mulatos e dos sistemas económicos que aí foram sendo instalados. Ainda segundo Henriques (2000, 121), na época chamada de primeira colonização, o povoamento foi assegurado por dois grupos bem distintos: o dos “europeus”, heterogéneo, constituído por portugueses (século XV) e no século seguinte também por castelhanos, franceses e genoveses interessados na “formação de uma sociedade nova” e o grupo de “africanos”, também heterogéneo formado por escravos trazidos pelos europeus da costa do Benim, Guiné, Gabão e Congo, e por africanos livres¹¹.

Entre os escravos contavam-se dois grupos distintos. Um destinava-se a assegurar o povoamento da ilha e seu repovoamento, dada a elevada taxa de mortalidade entre a população branca, e a disponibilizar a mão-de-obra para as explorações; eram os escravos de plantação e domésticos.

¹⁰ A organização do trabalho escravo, em São Tomé, devia assegurar aos europeus o máximo lucro, até porque estes tinham que pagar à Coroa portuguesa uma dízima, imposto correspondente a 10% do que colhiam, sob pena de poderem vir a perder a concessão. Assim, para rentabilizar melhor a mão-de-obra e não ter custos com o escravo, aproveitavam alguma tradição da região do Rio Grande, na costa ocidental africana, onde os escravos serviam e ganhavam para o senhor seis dias da semana e no sétimo produziam a sua subsistência. Por outro lado, para conseguir a manutenção e crescimento da mão-de-obra escrava para o trabalho de plantação, mas também para o comércio negreiro, os europeus promoviam o “acasalamento dos escravos, favorecendo uma estabilidade fisiológica e psicológica que conduzia a uma maior rentabilidade no trabalho (Henrique 2000, citado por Cardoso 2007, 277).

¹¹ Albuquerque (1989), segundo a descrição do Piloto anónimo Português, refere que “ao lucrativo tráfico de negros feito por árabes veio-se juntar uma rede agora controlada pelos europeus” (...) “por volta de 1450 um certo Lançarote de Freitas, recebedor das alfândegas reais de Lagos funda uma companhia para o tráfico dos Negros que os mouros trazem do interior”. Tendo em conta o significativo desenvolvimento desse negócio, a Coroa portuguesa funda entre 1450 e 1486 dois entrepostos com a designação de “Casa dos Escravos” e “Casa da Guiné” que posteriormente passaram a ir “à fonte” sem intermediário.

O outro grupo era constituído pelos escravos-mercadoria que era traficada em São Jorge da Mina, com que São Tomé detinha, em 1519, o monopólio do tráfico de escravos; mais tarde este grupo passou a ter como destino as Américas. Segundo o Relatório do Desenvolvimento Humano de São Tomé e Príncipe de 1998, no século XVI já estavam empregados cerca de 2000 escravos na exploração de açúcar e entre 5000 e 6000 esperavam ordem de embarque para o “Novo Mundo”. Para o engenheiro Lains e Silva o número de habitantes fixos deveria rondar os 3500, mas o número de escravos para comercializar atingiria os 14000. Os valores apontados não são, por isso, muito exactos (Cardoso 2007, 276).

Entretanto, na segunda metade do século XIX, começa o declínio do negócio do tráfico de escravos. A Revolução Industrial e a consequente abolição da escravatura na América vêm marcar esta viragem e traz novos desafios.

c) O ciclo do café e do cacau

Em 1850, o Brasil, por pressão da Inglaterra, aprovou uma Lei que determinava o fim do tráfico de escravos. Esta situação abalou o negócio de tráfico de escravos e fez ressurgir no século XIX o interesse dos portugueses pelas ilhas de São Tomé e Príncipe com o estímulo à agricultura e em particular a plantação de culturas de cacau e café que passaram assim a ser um novo motor da economia das ilhas.

A administração do arquipélago foi reorganizada, foram assim criadas as Roças, grandes latifúndios que se dedicavam à produção principalmente de café e cacau. As terras foram redistribuídas e pertenciam aos grandes senhores, que normalmente viviam na metrópole e delegavam a administração em funcionários portugueses.

Entretanto, o retorno à economia de plantação enfrentava uma crise de mão-de-obra, motivada pela abolição da escravatura e pelas “revoltas dos Angolares”¹² e pela recusa dos forros “nativos” a trabalhar para os

¹² O major Brunachy que foi Governador da Província durante os anos de 1862 a 1867 escrevia no seu relatório que “durante o tempo que eu governei a Província de São Tomé e Príncipe houve

colonos. Em 1908, São Tomé e Príncipe tornou-se no maior produtor mundial de cacau, que ainda é a cultura mais importante do país.

d) O ciclo dos trabalhadores “contratados”

Com a abolição oficial da escravatura, e a recusa do trabalho nas roças, a mão-de-obra das roças passou a basear-se na importação de contratados, inicialmente oriundos de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique e, a partir de 1940, também de Cabo Verde. No geral, o “natural” recusava-se a cultivar a terra por conta de outrém e proclamava-se que os negros de São Tomé não trabalhavam¹³.

Segundo Cardoso (2007, 278), nos finais do século XIX formavam o grupo social mais numeroso, mas desequilibrado em termos de género, dado que era constituído essencialmente por homens, excepção para os cabo-verdianos, em que a proporção entre os sexos era equilibrada, por terem aceite emigrar em consequência das fomes que assolavam a terra natal. A autora acrescenta ainda que a situação salarial destes serviços era difícil. Além de receberem apenas uma parcela do seu exíguo salário durante os primeiros seis meses de aprendizagem, no restante tempo de contrato era-lhes entregue apenas 50%, sendo a outra parcela depositada em conta bancária e entregue no momento do repatriamento ou no fim do contrato, caso prescindissem do repatriamento.

rebeliões dos pretos contra os feitores e senhores. Já antes da minha administração já houve, e depois della continuou a haver-las. Que admira tal acontecimento, se a causa única d`ella reside na maneira brutal pela qual os senhores tratavam os escravos. É por isso que se deram as últimas cenas na ilhas de S.Tomé e que se continuarão a dar, enquanto a parte dos senhores não houver um vislumbre de caridade, o mesmo de bom senso, que lhes indique ser errado, o caminho que até agora tem trilhado” (Aguiar 1989, 441- 450, citado por Amado 2002, 61).

13 Um artigo publicado em “A Mocidade Africana em 1931”, questiona a proclamação de que os negros de São Tomé não trabalham. Segundo o mesmo artigo “eis uma calunia que é necessário gritar a todo mundo para roubar o crédito às palavras do negro de S. Tomé que tão bem lhes conhece os podres. Eis a maior infâmia, a maior ingratidão que o sol aquece”! Os negros de S. Tomé trabalha e quer trabalhar, mas é preciso que seja um trabalho honesto e remunerado. Não quer trabalhar “de borla” e muito menos em condições vexatórias em que o fazem os seus irmãos de Angola e Moçambique (Santos 2000, 943).

Este processo de importação de contratados foi suportado pelo Decreto de 17 de Junho de 1909¹⁴ e tinha como objectivo regular a emigração das províncias ultramarinas para São Tomé e Príncipe.

Em 1951 o território adquiriu o estatuto de Província Ultramarina portuguesa, sendo feito um esforço de desenvolvimento na agricultura, vias de comunicação e educação.

Em Agosto de 1957, constatava-se a existência de 16 598 trabalhadores contratados, estando incluídos já neste número 2231 tongas. Pode, *grosso modo*, dizer-se que existiam mais de 10 000 serviçais cabo-verdianos e cerca de 8000 entre angolanos e moçambicanos (trata-se da viragem mais sentida pela estrutura do mosaico humano do arquipélago; por força dos dispositivos adoptados em Angola e Moçambique a mão-de-obra é recrutada em cada vez mais elevado número no arquipélago de Cabo Verde) (Santos 2000, 1147).

Os dois últimos séculos da presença colonial portuguesa em São Tomé e Príncipe foram dominados pelo ciclo de café e cacau à custa de uma mão-de-obra proveniente de outras antigas colónias portuguesas, com os estatutos de serviçais e contratados¹⁵, mas que não passava de uma forma de escravização disfarçada. Formalmente os trabalhadores não eram escravos, uma vez que iam “livremente” trabalhar para São Tomé com um contrato.

Como refere Santos (1979), este “contrato” de trabalho permitia aplicar aos trabalhadores a designação de serviçais (eufemismo que designava os “novos escravos”), cuja proveniência era fundamentalmente de Angola, de Cabo Verde e de Moçambique. Galvão, citado por Rodrigues (1997, 97),

¹⁴ No Capitulo I, artº. I do Decreto, é permitida a emigração de indígenas contratados de um ou outro sexo das províncias de Angola, Guiné, Moçambique, Cabo Verde e Índia, para serviços domésticos, industriais e agrícolas na província de São Tomé e Príncipe. (Ministério dos Negócios da Marinha e Ultramar 1909, 7).

¹⁵ À sombra desses mesmos contratos fazem-se as maiores tropelias, porém se um negro contratado, a quem o patrão maltrata, apresentar as sua queixas na Curadoria Geral dos Serviçais e Colonos não é o caso virgem que ele seja recambiado para o mesmo patrão “bom e humanitário”, depois de na própria Curadoria, muitas vezes, lhes reaquererem as costas! Esta é a conta em que é levada a reclamação do negro queixoso (Santos 2000, 943).

postula que “em certo sentido, a situação é mais grave do que a criada pela simples escravatura. Como escravo, o indígena era comprado como era comprado como uma simples cabeça de gado e representava para o seu proprietário um certo investimento de capital: por isso, cuidava de o manter de boa saúde, forte e ágil, de igual modo de um cavalo ou de um touro”. Na prática a escravatura continuava na ilha depois da abolição da escravatura. As práticas eram as mesmas, os trabalhadores ditos “contratados” trabalhavam com um horário rigoroso, do nascer ao pôr-do-sol, com filas de contagem no início e no fim do expediente (Amado 2002, 61).

No dia 3 de fevereiro de 1953, na localidade de Batepá, sita na vila de Trindade registou-se o Massacre de Batepá; o motivo aparente deste massacre passou por uma revolta de Forros¹⁶ que se recusavam a trabalhar nas roças ou na construção da cidade como contratados.

Evolução da População de São Tomé e Príncipe (1940-970)

Ano	Total	Homens	Mulheres
1940	60 490	37 593	22 897
1950	60 159	36 054	24 105
1960	64 263	35 687	28 576
1970	73 631	37 017	36 614

Fonte: *Anuário Estatístico do Ultramar/ I-IV*; Direção Geral Estatística STP; RGPH — INE-STP

Tendo em conta o contexto da colonização pode-se afirmar que existe um elo de ligação entre os diversos ciclos do desenvolvimento económico das ilhas e o seu povoamento.

No início do século XX, a população do arquipélago era de mais de 40 mil habitantes, de entre os quais alguns milhares eram europeus.

¹⁶ Os forros, apesar de serem africanos no seu aspecto físico, mantiveram uma atitude de superioridade para com os outros africanos devido à sua cultura e concentraram-se num povoamento nuclear no sul de São Tomé. Geralmente os grupos eram endógenos, porém os homens forros, que são polígamos, se acostumaram a relacionar-se também com as serviçais e tongas. A própria elite forra também praticou a endogamia, mas apesar das suas diferenças sociais, os forros mantiveram um alto grau de uniformidade cultural (Seibert 1996, 15).

Conforme se apresenta no quadro abaixo, em 1940 o efetivo populacional era de 60 490 habitantes, ou seja, menos de um terço da população atual, registando-se um crescimento contínuo, excepto no período de 1940 a 1950 em que se verificou um ligeiro decréscimo da população total como consequência da crise que afectou as plantações, o que se repercutiu numa redução gradual da população flutuante (europeus e trabalhadores servís). A partir de 1950, segue-se o período de retoma do crescimento da população em consequência da redução da taxa de mortalidade, especificamente a infantil e juvenil, e da persistência de elevadas taxas de natalidade e fecundidade. Os estudos estatísticos efectuados por volta dos anos 70, demonstram a evolução da população para um valor de 73 631 mil habitantes e regista-se uma brusca diminuição da população “não nativa”¹⁷.

Cardoso (2007, 279) apresenta o que foi a estrutura social que permaneceu em São Tomé e Príncipe até à independência e que se pode sintetizar da forma seguinte:

- europeus proprietários das roças, primeiro da cana de açúcar (séculos XVI e XVII) e depois, desde o século XVIII, de café e cacau, para além de traficantes de escravos que se dedicaram a esse comércio durante a I colonização e até à sua extinção legal;
- africanos livres, comerciantes, com direitos muitos semelhantes aos europeus;
- mestiços, filhos de antigos europeus e de escravas negras e livres desde o nascimento;

¹⁷ Para diferenciar a população segundo a sua origem atribuiu-se a designação de “nativa”, (constituída pelos forros ou filhos da terra na ilha de São Tomé, os angolares e os naturais da ilha de Príncipe ou “Lunguiês”), e “não nativa”, neste caso, referindo-se à população trabalhadora estrangeira de 15 anos e mais, constituída essencialmente por europeus, angolanos, moçambicanos e cabo-verdianos, tendo estes últimos chegado à ilha a partir da década de 40 com contrato de trabalho. Estas designações não têm relação directa com os termos “população civilizada” e “não civilizada”, pois estes para além da origem, ainda tinham em conta o estrato social e o nível de instrução. Por exemplo, da população “nativa” nem todos eram considerados civilizados, enquanto que todos os europeus eram civilizados, ver *Relatório de Execução do Plano Intercalar* de 1967, p. 18.

- forros descendentes de escravos libertos, proprietários de pequenas glebas, que mantinham uma certa aversão ao trabalho rural, fruto da sua própria ascendência e da repulsa em trabalhar ao lado dos serviçais, oriundos de fora da terra e, por isso, por eles considerados inferiores;
- angolares, provavelmente descendentes de escravos fugidos, mantinham-se nos povoamentos do sul da ilha;
- serviçais, trabalhadores contratados provenientes de diferentes regiões do continente africano, com maior peso de Cabo Verde, viviam nas sanzalas das roças;
- tongas, filhos de serviçais, nascidos no arquipélago, viviam também nas roças.

No global, a população das ilhas espelhava uma diversidade de origens, sendo constituída por chineses, forros, angolares e tongas europeus e outros. Os forros, maioritariamente no país, eram de origem luso-africana, os angolares descendentes de escravos angolanos e os tongas provêm dos trabalhadores contratados de Cabo Verde e Moçambique. Toda esta diversidade de origens na colonização e povoamento resultou numa enorme multiplicidade racial, cultural e linguística¹⁸, que ainda hoje se reflete na população.

¹⁸ O contacto entre europeus e escravos motivou a génese de uma língua, primeiramente apenas um pidgin, que veio, entretanto, a servir a comunicação. A proximidade entre realidades linguísticas distintas constituiu, como refere Hagemeijer (2009, 5) um factor primordial para a criação de uma língua própria dotada de léxico português e de estruturas gramaticais próximas das línguas africanas. Posteriormente, terá ramificado em quatro outras línguas crioulas, o Santome, o Angolar, o Lung'le e o Fa d'Ambô, as três primeiras faladas ainda hoje no país. Apesar de terem uma origem comum — o proto-crioulo do Golfo da Guiné — estas línguas são independentes, conservando um grande número de semelhanças.

2. Conjuntura do Sistema Educativo Colonial em São Tomé e Príncipe

As atividades educativas na ilha de São Tomé e Príncipe no período colonial, de acordo com dados informativos das províncias Ultramarinas Portuguesas de 1968, tiveram início logo após a povoação das mesmas e estavam confiadas às instituições católicas, sendo orientadas para a preparação de clérigos autóctones. A partir de 1560 começaram a ser educados localmente padres autóctones, com o objectivo de colmatar a insuficiente presença de clero europeu nas principais instituições cristãs¹⁹.

Pontes (2006), referindo-se ao relatório do governador de São Tomé e Príncipe, Francisco Teixeira da Silva, em 1852, verificou que *já havia em funcionamento, na altura, 10 escolas no Concelho de S. Thomé, nas freguesias de Nossa Senhora da Graça, Conceição, Trindade, Magdalena, Sant`Ana, Neves, Guadalupe, Santa Cruz dos Angolares e uma na ilha do Príncipe*. Nestas escolas estavam matriculados um total de 595 alunos, sendo 310, de 6 a 12 anos; 188, de 12 a 15 anos; 97, de mais de 15 anos.

Quanto ao aproveitamento, registou-se um total de 125 Bons, 266 Sofríveis, 168 Maus, distribuídos por 12 brancos, 548 pretos, e 35 de cor. No mesmo mapa há referência explícita a 3 escolas do sexo feminino; 2 em S. Tomé e 1 na ilha do Príncipe, com um total de 44 matriculados, conforme a seguinte faixa etária: 33, de 6 a 12 anos; 11 de 12 a 15 anos; 0, de mais de 15 anos; com a classificação de 5 Óptimos, 12 Bons, 12 Sofríveis e 9 Maus (em S. Tomé); 0 Óptimos, 1 Bom, 3 Sofríveis e 2 Maus (no Príncipe); havia 4 brancas, 34 de cor e 6 pretas.

Verifica-se pela descrição dos resultados apresentados que interessava a descrição da raça em quantidade, mas não em qualidade. Por isso no grupo das boas alunas não se consegue saber se eram todas da raça branca ou da raça negra. Por outro lado, o insucesso era enorme, sendo que a maior parte dos alunos tinha a classificação de Sofrível e Mau.

¹⁹ Houve um esboço de uma obra no domínio da instrução em 1684, por parte dos jesuítas, seguindo-se outra tentativa, dos frades de Santo Agostinho, de 1691 a 1738. Mas, de facto só os padres seculares se mantiveram tenazmente e sem descontinuidade, nessa atividade (Amado 2002, 113).

A Conferência de Berlim de 1876, sobre a Educação em África, contribuiu para o desenvolvimento do sector educativo em África, as suas recomendações obrigaram a que fosse estabelecido o ensino público no ultramar.

Em 1878, os missionários do Colégio das Missões de Cernache do Bonjardim estabeleceram-se em São Tomé e Príncipe fundando escolas primárias nas freguesias. Entretanto, a partir de 1927 também os congreganistas marianos se ocuparam do ensino primário.

Procurando cumprir as intenções do regime de tornar os nativos submissos, isolados, marginalizados, controlados e como mão-de-obra barata, João Belo, então Ministro da Marinha e do Ultramar, promulgou o decreto n. 12 336 de 13 de outubro de 1926²⁰. Este decreto trouxe à luz o Estatuto Orgânico das Missões Católicas Portuguesas da África e Timor, fazendo re-vigorar a intervenção das missões católicas e extinguindo, em simultâneo, as missões laicas, também designadas de civilizadoras.

Assim, a partir deste momento, o governo português começa a cooperar na educação dos nativos, ou seja, consagrou um capítulo às questões educativas, missão antes feita exclusivamente pela Igreja, com indivíduos laicos e padres seculares como educadores.

No artigo 29.º, da *Carta Orgânica da Colónia de São Tomé e Príncipe*, aprovada pelo Decreto-Lei n. 12.499-D, de 4 de Outubro de 1926, pode ler-se: é V. Ex.^a, Sr. Governador o «protector nato dos indígenas da Colónia»!!!... e pelo artigo 26.º, alínea 2, do mesmo Diploma, compete a V. Ex.^a, na referida qualidade: *Promover o melhoramento das condições materiais da vida dos indígenas*,

20 O Estatuto Orgânico das Missões Católicas Portuguesas em África e Timor, em 1926, do ministério de João Belo, pela proteção que dá às missões católicas (e, conseqüentemente, pela extinção das missões civilizadoras) e, posteriormente, em 1940, o Acordo Missionário, completado com o Estatuto Missionário, cujos artigos 66º a 74º confiavam às missões o «ensino destinado especialmente aos indígenas», ficando o Estado com a responsabilidade inalienável dos planos e programas. A educação dos indígenas visava a «aquisição de hábitos e aptidões de trabalho e a preparação de trabalhadores rurais e artifices», num ensino «nacionalista» e «prático» em língua portuguesa e ministrado por portugueses.

o aperfeiçoamento das suas aptidões e faculdades naturais, a assistência pública moral e material e, de uma maneira geral, a sua instrução, educação e progresso.

No final dos anos 30 do século XX a atividade educativa continuou a ser restritiva tanto a nível de frequência como em número de estabelecimentos. O ensino era destinado, particularmente, aos filhos dos europeus (colonos), a um número reduzido dos filhos da terra (mestiços) e aos indivíduos de estratos sociais identificados na sua maioria como forros (incluíam-se alguns filhos da ilha “Minu Díyê – Príncipe) cujos pais preenchiam os lugares da administração pública, o que proporcionou uma elevada taxa de analfabetismo entre a população “nativa” (Santos 2000, 910-920) .

Entretanto, como constata Madeira (2007, 203-4), a educação não constituía uma preocupação autónoma, antes estava ligada aos problemas da política indígena²¹ e à «precedência jurídica da doutrina da assimilação liberal» que prevalece nos primeiros anos da República, tal como à estratégia de educação orientada para a formação de mão-de-obra, ligada a trabalhos de oficina e agrícolas a par com “experiências de administração colonial”, sobretudo em Moçambique e em Angola, procurando a integração de africanos num «aparelho de formação adaptado às circunstâncias coloniais» e de «regulamentação adaptada aos indígenas».

O objetivo implícito desta política “(...) era continuar a manter o ‘indígena’ separado, marginalizando para melhor o controlar e o utilizar como mão-de-obra barata, (...) mantendo o etnocentrismo lusitano para os quais

21 O Acto Colonial de 1926, como confirmação do Estatuto do Indigenato, “os indivíduos da raça negra ou dela descendentes que, pela sua ilustração e costumes, se não distingam do comum daquela raça”, as desigualdades que antes existiam passam a ter sustentação legal; coincide a representação da identidade nacional (raça portuguesa) com o esquema organizacional de uma cabeça (metrópole) e muitos membros (territórios ultramarinos). A ideologia de uma raça, levou à distinção (caricata) entre portugueses indígenas africanos e outros indígenas africanos, motivando anedotas, caricaturas, imagens e textos com estereótipos e a conceitos preconceituosos e racistas na caracterização (infantil; canibal; atrasado; inconstante; instintivo...). Contudo, o problema cultural, ao permitir uma visão diferente das raças e etnografias do império, contribuiu progressivamente para a destruição de mitos que associavam África a terra de selvagens e de deportados (Paulo 2001 citado por Marroni 2008, 25).

o povo não ocidental é irracional. A legislação de 17 de Maio de 1930, no seu art.1, define: “O ensino indígena tem por fim conduzir gradualmente o indígena da vida selvagem para a vida civilizada, formar-lhe a consciência de cidadão português e prepará-lo para a luta da vida, tornando-o mais útil à sociedade e a si próprio” (Goméz 1999, citado por Castiano & Ngoenha 2013, 29)²².

O ensino indígena foi dividido, na altura, em três tipos. O ensino primário rudimentar²³, o primeiro tipo, era destinado a civilizar e nacionalizar os indígenas da Colónia, difundindo entre eles a língua e os costumes portugueses (art.º 70). Ele compreendia três classes ou séries e era dirigido às crianças dos sete aos doze anos de idade. O segundo era o ensino profissional — que tinha por fim “preparar os indígenas de um e outro sexo, maiores de 10 anos, para adquirirem honestamente os meios de manter a vida civilizada e contribuírem mais eficazmente para o progresso da Colónia” (art.º 16). Os rapazes aprendiam fundamentalmente os ofícios de seralheiro e ferreiro, de alfaiate, de sapateiro e de carpinteiro e marceneiro, enquanto as meninas frequentavam cursos de costura e economia doméstica (costura, culinária e copa). Finalmente, o ensino normal tinha como

22 Os requisitos para deixar de ser indígena e passar a ser considerado por lei como “assimilado”, são fixados no art. 2. Segundo este artigo, o “assimilado” é o indígena que: 1- abandonou os usos e costumes pretos, 2- que fala, lê e escreve português, 3- é monógamo e 4- com profissão que garanta o seu sustento e dos que dele dependem. Para passar a ser considerado assimilado, o indígena devia apresentar documentos comprovativos, tais como um atestado passado pelo administrador (Perfeito), onde este confirma todos os requisitos formulados anteriormente, uma certidão de instrução primária de primeiro grau, uma certidão de casamento civil ou de compromisso futuro de monogamia. Mas também cabia ao Perfeito, passar ou ir em casa do candidato a assimilado para ver se possuía casas de banho (banheiros) em boas condições, e se o mesmo comia com talheres. Esta lei estabelece que o “mulato” de pai branco é considerado automaticamente um ‘assimilado’ (Castiano & Ngoenha 2013, 29).

23 Sobre o ensino rudimentar, posteriormente designado de adaptação, diz ter suscitado movimentações diversas, incluindo inquéritos de organismos ligados às Nações Unidas. Destaca o que designa de «estímulo à função supletiva do ensino particular liceal» ou de encorajamento aos ensinos particular e doméstico posteriormente sujeito à realização de provas para controlo do aproveitamento obtido, garantia da continuidade dos estudos (admissão ao liceu, provas de primeiro e de segundo ciclo, universidades e escolas superiores, escolas de magistério primário e institutos industriais e comerciais) a par com o do aumento de oferta escolar ou, de «ocupação escolar do território».

objetivo, “habilitar professores indígenas para as escolas rudimentares.” Os brancos (“não indígenas”) portugueses e seus descendentes, gozavam de plenos direitos de cidadania; os “assimilados”, negros que sabiam ler e escrever em português, gozavam, ao menos teoricamente, dos mesmos direitos dos brancos; os negros (indígenas) não possuíam direitos de qualquer espécie face à lei portuguesa (Rocha 2006, 47).

As alterações sentidas na metrópole no domínio da educação com a implementação da ditadura salazarista, também se fizeram sentir nas colónias. Todo o ensino era dirigido de acordo com um padrão, não só colonial, mas ligado ao sistema do Estado Novo²⁴, do Salazarismo. Tudo era definido conforme a metrópole, desde o início e o termo do ano lectivo, o calendário escolar, férias e exames²⁵.

De acordo com os dados da Agência Geral do Ultramar (1960, 43-50), o ensino ministrado está regulamentado e, segundo o Decreto-Lei n.º 45 908, de 10 de Setembro de 1964, é o que se encontra em vigor na metrópole, embora adaptado ao condicionalismo local²⁶.

Só no período de 1970 a 1974 o sistema educativo santomense começa a mostrar-se promissor. Estava em funcionamento uma gigantesca

24 O Estado Novo é o nome do regime político autoritário, autocrata e corporativista de Estado que vigorou em Portugal durante 41 anos sem interrupção, desde a aprovação da Constituição de 1933 até ao seu derrube pela Revolução de 25 de Abril de 1974.

25 O Decreto-lei 41 169, de 29 de Junho de 1957 cria a Direcção-Geral do Ensino, compreendendo duas repartições. A primeira repartição foi incumbida de superintender ao ensino ministrado no Ultramar, com excepção do confiado às missões católicas, de coordenar com o Ministério da Educação Nacional e com o Comissariado Nacional da Mocidade Portuguesa os assuntos respeitantes ao ensino público nacional e à educação da juventude escolar, de orientar e fomentar o movimento de alunos entre a metrópole e o Ultramar e atender à situação dos estudantes do Ultramar na metrópole. A segunda repartição ocupava-se do ensino confiado às missões católicas e dos assuntos referentes a interesses espirituais e morais.

26 O Estatuto Político – Administrativo da Província de São Tomé e Príncipe, de 1963, criou a Repartição Provincial dos Serviços de Educação, que ficou agregada à Repartição de Administração Civil, tendo sido definitivamente separada desta pelo Decreto n.º. 46320, de 30 de Abril de 1965. Como órgãos consultivos, funcionavam o Conselho Provincial de Educação Física para as actividades gimnodesportivas. Eram os comissariados provinciais da Mocidade Portuguesa que dirigiam e orientavam todas as actividades de educação física, desportiva e morais dos estudantes (Amado 2002, 113).

infraestrutura que se designou de Escola Técnica de Silva Cunha²⁷. Estava devidamente apetrechada em equipamentos didáticos e pedagógicos, visando uma educação de nível bastante elevado. No lote de todos os apetrechos incluía-se um laboratório para as disciplinas de Ciências Físico-Químicas e Geografia; um ginásio tipo anfiteatro, salas equipadas com materiais técnicos para Educação Visual, campos de jogos, oficinas para o Ensino Técnico-Profissional. Pontes (2006) refere que, como a dimensão do novo espaço era desproporcional em relação ao número de alunos para justificar o seu funcionamento pleno, isso iria permitir receber mais alunos, já que o Liceu D. João II ocupava o mesmo espaço da Escola Preparatória Pêro Álvares Cabral, com espaço. Daí em diante todos os alunos que transitavam da 6.^a para a 7.^a classe, do Curso Geral dos Liceus, iam prosseguir os seus estudos no novo Liceu. Portanto, atendendo às exigências dos funcionários europeus da administração pública residentes no arquipélago, de equiparar o sistema educativo ao implementado na metrópole, ensaiou-se pela primeira vez em São Tomé e Príncipe, o ensino mediatizado, denominado Telescola, aprovado pelo Diploma legislativo n.º 822, de 24 de Setembro de 1970.

Em suma, a política colonial do «salazarismo» é marcada pela «centralização e pelo autoritarismo da metrópole em matéria de condução dos assuntos educativos», sendo um período subdividido em duas fases, que correspondem, citando Elisete Marques da Silva (Silva 1992-1947), ao «colonialismo clássico (1926-1958), de uma política educativa estruturada em função da distinção legal entre o ensino para “indígenas”, dependente da atividade missionária, e o ensino para colonos e assimilados, com estrutura análoga ao da metrópole, mas limitado aos níveis pré-universitários e a meia dúzia de centros urbanos. Por outro lado, no “colonialismo tardio” (1958-1974), assiste-se ao desenvolvimento da rede escolar primária nos centros urbanos e em certas áreas rurais, ao crescimento das escolas secundárias e à introdução dos primeiros estudos superiores, verificando-se

²⁷ Foi concebido pelo arquiteto Mário de Oliveira e inaugurado em 1969. É o atual Liceu Nacional de São Tomé e Príncipe.

outrossim a gradual abertura do acesso à escolarização das crianças africanas, do mesmo ponto de vista legal, com a mudança do “ensino rudimentar” para “ensino de adaptação” (1957) e com a uniformização institucional e curricular do sistema educativo (1961-1964)» (Paulo 1996, citado por Marroni 2008, 25-26).

Movimento escolar intercalar no período entre 1954 - 1973 em São Tomé e Príncipe

Nível de ensino		Anos Lectivos									
		1954/55	1956/57	1958/59	1960/61	1962/63	1964/65	1966/67	1968/69	1970/71	1972/73
Jardim de Infância	A	62	134	224	237
	P	1	3	5	5
	E	1	2	2	3
Primário	A	2 583	2 651	2 802	3 234	4 952	6 500	6 223	8 281	9 018	10 754
	P	..	48	66	65	114	150	218	280	271	310
	E	..	19	20	20	30	35	27	43	44	47
Ciclo Preparatório	A	453	1 103	1 764
	P	26	51	126
	E	1	1	6
Liceal	A	92	125	171	268	583	398	385	544	360	621
	P	..	15	12	21	37	19	51	32	22	34
	E	..	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Técnico Profissional Elementar	A	63	104	95	40	91	110	87	127	206	393
	P	..	6	6	6	9	5	10	19	34	57
	E	..	1	1	1	1	1	1	1	2	2
Ensino Técnico	A	177	84	200	343
	P	11	15	20	38
	E	1	1	1	1

Fonte: *Anuário Estatístico do Ultramar 1954-1974 / Plano Fomento das Províncias Ultramarinas/ Relatório de Execução dos Planos Fomentos I, II e III.*

Legenda: A — alunos; P — professores; E — estabelecimentos; .. — sem dados.

Sobre o movimento escolar em São Tomé e Príncipe no período colonial, uma leitura minuciosa das informações recolhidas permite-nos tirar as seguintes ilações:

- a) O Jardim de Infância começou a funcionar a partir de 1968 e surge para beneficiar os filhos dos trabalhadores “contratados”, com o

- objetivo de libertar as mães para que tenham um melhor rendimento nos trabalhos da lavoura²⁸.
- b) O ensino primário estava dividido nos estabelecimentos de ensino Oficial²⁹, Particular e Missionário. Na relação dos estabelecimentos de ensino oficial em funcionamento nas províncias do Ultramar a 31 de dezembro de 1958, verifica-se que existiam na altura escolas primárias nas seguintes localidades: Ilha de São Tomé (S. Tomé (cidade) = 1; Trindade = 1; Caixão Grande = 1; Santana = 1; Santo Amaro = 1; Guadalupe = 1; Madalena = 1), na Ilha do Príncipe (Santo António do Príncipe = 1). Relativamente ao aproveitamento, nos anos lectivos 1958/1959 havia 2802 alunos inscritos, sendo 1828 rapazes e 974 meninas; no que concerne ao aproveitamento houve 1325 aprovados, sendo que, 870 são rapazes e 455 meninas³⁰.
- c) O Ciclo Preparatório do ensino secundário começou a vigorar no ano lectivo 1968/1969, com 453 inscritos, 201 rapazes e 252 meninas; 165 alunos tiveram aproveitamento, sendo que apenas 38

28 O Regulamento do Código do Trabalho Indígena foi aprovado e posto em vigor pela portaria nº. 977, de 28 de fevereiro de 1947, e na sua Secção III, contemplava a criação de creches para os filhos dos trabalhadores com idade inferior a 7 anos, durante o período em que as mães se encontrasse a trabalhar. Mais tarde em 1964 foi criado o FAST (Fundo de Acção Social para os trabalhadores) que tinha como objetivo suportar o encargo da ação social junto dos trabalhadores, contemplando também apoio às creches. Em 1965, a Portaria 47/65 estabelece a obrigatoriedade de frequência das creches pelos filhos dos trabalhadores menores de 7 anos e as normas do funcionamento. A manifestação de interesse das famílias coloniais residentes na cidade de São Tomé, fez com que em 1967 e 1971 fossem promovidos dois cursos de formação de pessoal auxiliar para estes estabelecimentos (SNECIA, As Madres (religiosas), Budo-Budo) (Amado 2000, 115).

29 De acordo com o Artigo 4º. Do Decreto – Lei n.º 41472, de 23 de Dezembro de 1957, “no Ultramar somente é oficial o ensino ministrado em estabelecimentos fundados e mantidos pelas províncias, ou pelos corpos administrativos nos termos em que a lei o permite, e bem assim o confiado por lei às missões católicas, incluindo neste a preparação do respectivo pessoal” (Agência Geral do Ultramar 1960).

30 Em 1966 é criado o curso extraordinário de Habilitação de Agentes Docentes, com o objetivo de formar professores para a instrução primária. Deste curso, formaram-se cerca de 162 agentes, sendo 128 professores de posto escolar contratados e 34 monitores assalariados (Amado 2000, 115).



São Tomé e Príncipe —Escola Primária

Fonte: Agência Geral do Ultramar (1960)

- foram meninas³¹. De salientar que a Telescola ficou enquadrada neste ciclo de ensino, bem como o Curso extraordinário³².
- d) Nos anos 50 do Século XX é que se inicia o ensino liceal público em São Tomé e Príncipe, com um único estabelecimento, embora já tivesse sido referenciado num dos relatórios dos governadores de São Tomé e Príncipe no Século XIX, de que já terá havido o ensino liceal no arquipélago; no ano lectivo 1958/1959 registaram-se 126

³¹ O ciclo preparatório do ensino secundário foi suportado legalmente pela Portaria n.º 22 944 de 4/10/67, que manda aplicar o Decreto/Lei n.º 47480 (Boletim Oficial 43/67) e que fundiu o primeiro ciclo preparatório do ensino profissional.

³² O curso extraordinário do liceu e do ciclo preparatório refere-se ao ensino para adultos. Funcionava nos mesmos edifícios do curso normal e a maioria dos professores era a mesma do curso normal.

inscritos, 87 tiveram aproveitamento, sendo que 52 eram rapazes e 35 meninas.

- e) Existiam duas escolas de Ensino profissional elementar: A Escola Elementar de Agricultura criada em 1965 que, a par da formação técnica letiva, lecionava a 5^a e 6^a classes do ensino complementar e a Escola de Artes e Ofícios a cargo da Missão Católica. O ensino Técnico foi criado em 1965 e elevada a Escola Comercial e Industrial em 1967.

No que se refere ao ensino universitário em São Tomé e Príncipe, até à data da independência em 1975, não existia no país uma universidade. No entanto, os alunos santomenses prosseguiam os seus estudos em Portugal³³. No ano lectivo 1946/1965 se encontravam a estudar em Portugal 36 alunos, vindos de São Tomé e Príncipe, de entre eles 25 eram homens e 11 mulheres; entretanto, já no ano lectivo 1972/1973 este número duplicou, passando a ser 68 o total dos inscritos.

Pela análise dos dados disponíveis sobre o movimento escolar em São Tomé e Príncipe podemos concluir que a educação e o ensino por muito tempo não foram uma prioridade para os colonizadores e quando começou a ser estavam ligados a interesses económicos.

Assim, estamos de acordo com Amado (2002), Rocha (2006), Pontes (2006) e Marroni (2008), em que a base ideológica de toda a educação colonial do Estado Novo era de uma política indígena de assimilação, que se sustentava em três grandes instrumentos sociais: mestiçagem biológica, catequização religiosa e aculturação linguística intensa³⁴ e destinava-se essencialmente aos filhos dos colonos, a um número muito reduzido

³³ Já nos finais do séc. XIX e no início do século XX, os proprietários nativos e mais tarde funcionários públicos santomenses puderam enviar os seus filhos para estudar em Portugal. De entre eles podemos destacar Caetano Costa Alegre, Maria Manuela Margarido, Francisco José Tenreiro, Aires de Menezes, entre outros.

³⁴ Um dos aspectos deveras relevantes na europeização da população passava pelo ensinamento sob meio coercivos (coerção psicológica) da Língua Portuguesa. Os que não sabiam falar português eram tratado por boçais, ou incivilizados (Pontes 2006, 23).

dos Filhos da Terra (mestiços) e aos filhos de indivíduos de estratos sociais identificados na sua maioria como Forros (incluíam-se alguns Filhos da Ilha “Minu D´iyê – Príncipe) cujos pais preenchiam os lugares da administração pública.

Neste contexto, podemos afirmar que, de uma forma ou de outra, o desenvolvimento da educação e ensino em São Tomé e Príncipe foi tardio tendo mesmo conhecido o seu auge só nos finais dos anos 1960 e início dos anos 1970, estando delineado para responder aos interesses dos colonizadores, de base fundamentalmente económica. A definição da política educativa surge na maior parte das vezes ligada a discursos sobre a colonização e sobre o papel que competia ao indígena e ao europeu e tinha como objetivo maior encaminhar os nativos para a assimilação da “língua” e “dos costumes e hábitos” dos colonizadores num quadro de discriminação.

BIBLIOGRAFIA

- Agência Geral do Ultramar. 1960. *Relação dos Estabelecimentos de Ensino Oficial em Funcionamento nas Províncias do Ultramar*. Lisboa: Ministério do Ultramar, Direcção Geral do Ensino.
- Albuquerque, Luís de, e Maria da Graça Pericão. 1989. *A ilha de São Tomé nos séculos XV e XVI. Navegação de Lisboa à ilha de São Tomé, escrita por um piloto português. Documentos vários referentes à ilha de São Tomé (séc. XV)*. Lisboa: Alfa.
- Amado, L.B.N.. 2002. *São Tomé e Príncipe no Período Pós-Colonial (de 1975 a 1991): o percurso do sistema educativo*. Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
- Azevedo, Rafael Ávila de. 1969. *Subsídios para a História do Ensino Ultramarino*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar.
- Caldeira, A.. 1999. *Mulheres, sexualidade e casamento em São Tomé e Príncipe (Séculos XV-XVIII)*. Lisboa: Edições Cosmos.
- Cardoso, M.. 2007. *Cabo Verde e São Tomé e Príncipe: educação e infra — estruturas como factores de desenvolvimento*. Porto: Edições Afrontamento.
- Castiano, P. I., e S. Ngoenha. 2013. *“A Longa Marcha Duma Educação Para Todos” em Moçambique*, 3ª ed. Maputo: PublixEditora.
- Henriques, I. C.. 2000. *São Tomé e Príncipe, a Invenção de uma Sociedade*. Lisboa: Vegas.
- Instituto Nacional de Estatística. 1954-1974. *Boletim Geral do Ultramar*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar.
- Instituto Nacional de Estatística. 1954-1974. *Anuário Estatístico do Ultramar*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar.
- Madeira, A. I.. 2007. *Ler, Escrever e Orar: Uma análise histórica e comparada dos discursos sobre a educação, o ensino e a escola em Moçambique, 1850-1950*. Tese de Doutoramento, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação. Disponível em <http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/7063/1/ulfp031302_td.pdf>. Consultado em Abril de 2017.

- Menezes, A. B.. 2012. *Estado, políticas públicas e desenvolvimento: Cabo Verde e São Tomé e Príncipe*. Tese de Doutoramento, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- Ministério do Ultramar — Direcção-Geral do Ensino. 1960. *Relação dos Estabelecimentos de Ensino Oficial em funcionamento nas províncias do Ultramar em 31 de Dezembro de 1958*. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar.
- Morroni, M. L.C.. 2008. *Os outros e a Construção da Escola nas Colónias 1925-1951*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/17873/2/tesemestluisamarroni000078481.pdf>. Consultado em Abril de 2017.
- Neves, C.. 1989. *S. Tomé e Príncipe na segunda metade do século XVIII*. Funchal/Lisboa: Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração/Instituto de História de Além-Mar.
- Presidência do Conselho Secretariado Técnico. 1974. *Relatório de Execução do I, II e III Planos de Fomento Ultramar 1972*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Pinheiro, L. C.. 2005. “A conflitualidade social e institucional em S. Tomé ao longo do século XVI”. In *Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedade — Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades*. Lisboa: CHAM. Disponível em: http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/luis_cunha_pinheiro.pdf. Consultado em Março de 2017.
- Pinheiro, L. C.. 2012. “A produção açucareira em São Tomé ao longo de Quinhentos”. In *Actas do Colóquio Internacional São Tomé e Príncipe numa perspectiva interdisciplinar, diacrónica e sincrónica*, coordenado por Ana Cristina Roque, Gerhard Seibert, Vítor Rosado Marques, 27-46. Lisboa: Centro de Estudos Africanos, ISCTE-IUL; Instituto de Investigação Científica Tropical. Disponível em: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/3886/1/Pinheiro_STP_27_46.pdf
- Pontes, J. X. S.. 2006. *História da Educação em África, um subsídio para a História da Educação em São Tomé e Príncipe*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Rodrigues, O. C.. 2007. *O Sistema de Ensino em Moçambique (1964-2004). A importância da Língua Portuguesa Como Factor de Cooperação*. Dissertação de Mestrado, Universidade Portucalense. Infante D. Henrique. Disponível em: <file:///Users/soniamagalhaes/Downloads/TME%20339%20stp.pdf>. Consultado em Fevereiro de 2017.
- Rego, A. S.. 1930. *O Ultramar Português no Século XIX (1834-1910)*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar.
- Rocha, A.. 2006. *Moçambique História e Cultura*. Maputo: Texto Editores.
- Rosa, M. F.. 1969. *Educação e Ensino no Ultramar. Separata da Revista Ultramar IX:35*
- Santos, E.C.. 2000. *Torre da Razão*. Lisboa: Cooperação.
- Seibert, G.. 1996. “São Tomé e Príncipe: O massacre de Fevereiro de 1953”. *História* 19: 14 -27.
- Seibert, G.. 2004. “Os angolares da Ilha de São Tomé: Náufragos, Autóctones ou Quilombolas?”. *Textos de História. Revista do Programa de Pós-graduação em História* 12:1/2: 43-62. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/view/6024>.
- Tenreiro, F.. 1961. *A ilha de São Tomé*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.
- Tenreiro, F.. 1956. *A ilha de São Tomé e Príncipe e o Território de São João Batista de Ajudá*. Lisboa: Sociedade Geografia de Lisboa — Semana do Ultramar.